



Anais da Assembléia

Nº 54

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 51.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor Nilton Bussi, Coordenador do Programa Themis, encaminhando relatório das atividades desenvolvidas no ano de 1978, pelo PROGRAMA THEMIS, unidade de Ponta Grossa. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOGURTA GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocorrido dia 21 de maio corrente, na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era membro de tradicional família pontagrossense, advogado e professor catedrático da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Da decisão do Plenário, solicitam seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(aa) Fabiano Braga Côrtes e David Federmann

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor THEO-

DORO QUINTILHANO, ocorrido hoje na cidade de Ponta Grossa.

O extinto era membro de tradicional família pontagrossense.

Da decisão do Plenário, solicitam seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEES E DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor VICENTE SIMINO, ocorrido em 24 de maio corrente, na cidade de ALTO PARANÁ.

O extinto era líder político da região.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com o devido apoio dos nobres Pares, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Antônio Delfim Neto, Ministro da Agricultura, um voto de louvor pelo "Pacote Agrícola".

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Tanto se tem falado no problema da agricultura em nosso País, tantas críticas têm sido feitas ao novo Ministro da Agricultura, críticas estas que careciam de fundamento, pois não tivera ainda a condição de mostrar trabalho.

Agora saiu o "Pacote Agrícola" repleto de inovações, demonstrando o desejo sincero do governo em resolver o problema do pequeno e médio agricultor.

Por isso, nada mais justo do que o voto ora requerido, para demonstrar a nossa confiança e a nossa esperança de que finalmente o Brasil trilhará o caminho em que o homem é a meta principal do governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e com o devido apoio dos nobres Pares, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, um voto de louvor pela extinção dos Decretos Lei n.º 477 e 228.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Numa época em que tanto se fala em abertura, em que o povo brasileiro em uma única voz se levanta pedindo a normalização da vida política nacional, o governo do GENERAL JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, cumprindo aquilo que havia prometido de retorno ao "Estado de Direito", anuncia na pessoa de seu Ministro da Educação e Cultura EDUARDO PORTELA, a extinção de dois atos que eram considerados o AI-5 dos estudantes, ou seja, os Decretos-Lei n.ºs

477 e 288, ratificando mais uma vez o seu desejo sincero de fazer a nossa vida política, voltar à normalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Oscar Alves, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando informações quanto à data em que entrará em funcionamento o Posto de Saúde do Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo, cujas obras foram concluídas há mais de seis (06) meses.

Requer também, o envio de correspondência, comunicando o presente ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Toledo e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 03/79, que denomina "DR. JOÃO RIBEIRO JÚNIOR", a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná "IAPAR", com sede na cidade de Londrina, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei n.º 87/78, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista o Projeto de Lei n.º 49/79, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, atualmente naquela Comissão, e em razão de ambos versarem sobre matérias análogas.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N.º 70/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica criado o Município de CAFELÂNDIA, desmembrado do Município de Cascavel, com as seguintes divisas:

Começa no Rio Melissa, no ponto de encontro da barra do Córrego Ubiratã, de onde sobe até sua nascente, daí segue por linhas secas e sucessivas pelo limite dos lotes n.º 188 e 189, da Gleba 10, da Colônia Pindorama, seguindo posteriormente pela divisa entre as Glebas 9 e 10, da Colônia Pindorama até atingir o Córrego Anta Gorda, por este abaixo até encontrar a divisa entre os lotes 50 e 51, da Gleba 8, perímetro "B", de onde segue pelas divisas entre os lotes 30 e 31, até alcançar a cabeceira do Córrego Bananeiras, por este entre os lotes 66 e 67, da Gleba 6, da Colônia Pindorama, defletido à direita pela divisa dos lotes 145 e 66 e, posteriormente, defletindo para a esquerda, pela divisa entre os lotes 145 e 146, Gleba 8, da Colônia Bertolino, por este abaixo até encontrar o Rio Jesuítas, por este acima até as divisas entre as Glebas 5 e 6, da Colônia Pindorama; por esta divisa até alcançar o Rio Verde ou Boi Piquá; por este acima até alcançar a divisa entre as Glebas 5 e 7 da Colônia Pindorama, seguindo por esta divisa em sentido Oeste até alcançar o Arroio Silvestre, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre a Colônia Pindorama e Lopei, seguindo pela mesma divisa em sentido Leste até alcançar o

Rio Verde e por este acima, até alcançar o Córrego São Pedro e por este acima até a divisa da chácara 118, e por esta até encontrar a chácara 114 e por esta em direção Sudoeste até o córrego e por este acima até a divisa da chácara 63 e 62 e por esta em direção a Leste até o Rio Jesuítas e por este abaixo até a divisa da chácara 42 e 41 e por esta entre a chácara 42, 41, 43 e 40 até o Arroio Central e por este acima, até a PR 14 e por este em direção Norte até a estrada dos Pinheiros e por esta até o Rio Melissa e por este abaixo até o córrego Ubiratã ponto de partida.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Durante vários anos, este Deputado vem coletando, pacientemente, todos os dados necessários para que o progressista Distrito de Cafelândia d'Oeste, situado em Cascavel, seja elevado à condição de Município.

Assim, no momento em que apresentamos o presente projeto de lei visando a emancipação de CAFELÂNDIA, fazê-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais para que essa aspiração de um povo merecedor de nosso apreço possa ser concretizada.

Para isso, anexamos ao presente, o Ofício n.º 2.744, enviado ao Presidente desta Casa pelo ex-Diretor Geral do Tribunal Eleitoral do Paraná, Desembargador MÁRIO LOPES DOS SANTOS, dando conta de que, em outubro de 1975 o Distrito de CAFELÂNDIA já contava com 2.710 eleitores, número suficiente para cumprir o requisito legal, pois, o Paraná, naquela oportunidade contava com 2.778.872 eleitores.

Com satisfação, anexamos também Ofício n.º 804/75, que recebemos do Sr. Secretário das Finanças do Estado, onde consta, expressamente, que a receita orçamentária de CAFELÂNDIA atinge o percentual de 0,05% sobre o total arrecadado pelo Estado!

Juntamos ainda, a comunicação que recebemos da fundação I.B.G.E., certificando que a população da área que se pretende emancipar é superior a 10.000 habitantes; que o número do povoado de CAFELÂNDIA é superior a 200 (duzentas) e que a população remanescente do Município de Cascavel, após deduzida a população estimada da área que se pretende emancipar será superior a 10.000 habitantes.

Como podemos notar, somente os informes contidos no ofício da lavra do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, dando conta de que CAFELÂNDIA, em 1975 já conseguia superar a marca de 5 (cinco) milésimos da arrecadação de todo o Estado do Paraná, já seria argumentação suficiente para que este projeto de lei mereça sua aprovação.

Todavia, desnecessário será dizer do progresso de CAFELÂNDIA, onde está situada a Cooperativa Agrícola Consolata, e que pela sua produção de cereais, indústrias e pecuária, por si só representa parte do desenvolvimento de todo o oeste de nosso Estado.

Pela sua pujança, pelo valor de seu povo, o MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA será mais um motivo de orgulho para todo o Paraná.

Finalmente, queremos esclarecer que já se encontram tramitando nesta Casa de Leis, duas proposições, uma delas de n.º 27/70, que tratam do mesmo assunto, onde serão encontrados os demais elementos necessários para instruir o presente projeto de lei, pois, ali estão contidos dados coletados em incansáveis pesquisas desenvolvidas por este Parlamentar para a emancipação de CAFELÂNDIA, bem como por outras pessoas que muito batalharam com esse mesmo objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença em nossa

galeria da jovem Thelma Aglair do Rocio Facci.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Venho hoje a esta tribuna para comentar uma notícia que me encheu de alegria e satisfação.

Estamos vivendo hoje em nosso País um clima de abertura, um clima de realidade, visando a construção de um futuro promissor para a nossa Pátria.

Senão vejamos, há dois dias era anunciada a extinção dos Decretos n.º 477 e 228, ao mesmo tempo o Governador da Bahia atendendo uma solicitação dos estudantes cedia para estes o local para realizarem o Congresso da União Nacional dos Estudantes, significando isso que o Presidente João Batista Figueiredo não estava brincando quando falava em redemocratizar a nossa Pátria.

Agora para demonstrar definitivamente que este Governo não está para brincadeira e anunciado o "pacote agrícola", para nós Deputados da ARENA não foi surpresa, pois sabemos que este Governo está realmente preocupado com o homem do campo, e que neste homem investirá para ratificar o conceito que se faz do Brasil de que somos o celeiro do mundo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É necessário uma análise breve sobre alguns itens que considero de suma importância no "pacote agrícola".

Promissória: o C.D.E. aprovou a extinção do aval do produtor na nota promissória rural, juntamente com a eliminação do direito de regresso.

Quantas críticas foram feitas a este item, pois o agricultor além de vender a sua mercadoria se via na obrigação de quitá-la caso o seu comprador não o fizesse; agora o Governo devolveu ao agricultor e tranquilidade para efetuar a venda de suas mercadorias.

"Alimentação": o pequeno e os mini produtores rurais têm permissão para reter até trinta por cento da produção colhida em uma frustração de safra para alimentação de sua família, quando dos cálculos para efeito de indenização pelo PROAGRO. (Programa de Apoio à Atividade Agropecuária).

Como era - o produtor que tivesse tido uma frustração de safra precisava entregar todo o restante de sua produção para cobrir parte de seu débito junto a PROAGRO, não ficando nada para sustentar a família até a liberação de novo financiamento.

Agora não, os mini e pequenos agricultores terão com o que sustentar suas famílias até o levantamento de novos financiamentos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Está mais do que evidente que o Governo estendeu as mãos para uma proposta séria de conciliação, e estas mãos não estão vazias como apregoa a Oposição, elas estão trazendo soluções para os problemas que mais afligem o Povo brasileiro.

O "pacote agrícola" é um exemplo, com seus vários itens, entre eles o cheque ouro rural, o aumento do prazo de sessenta dias para noventa dias para o pequeno produtor pagar o custeio financiado, foi dado um estímulo para o plantio do feijão, agora a cobertura da PROAGRO passará dos oitenta por cento normais para cem por cento dos prejuízos eventuais com a frustração da safra, juntamente com as culturas consorciadas (milho e algodão) no que diz respeito a financiamento integral do custeio.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não me estenderei mais pois o tempo é escasso, mas gostaria de terminar dizendo que não se constrói um edifício de cima para baixo, como não se constrói uma Nação com críticas demagógicas, a hora é de união e nós Deputados da ARENA estamos sentindo que realmente este Governo não está prometendo e sim realizando; esperamos que a partir de agora os homens da Oposição em vez de críticas vazias apresentem soluções."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Deputado Federal Osvaldo Macedo.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando à Mesa e à consideração desta Assembléia, um projeto de lei que estratifica o anseio de quinze anos do Distrito de Cafelândia, para que, através desse plano de lei, seja emancipado e criado, desmembrando-se do Município de Cascavel, o Distrito de Cafelândia, para se converter no Município de Cafelândia.

Sr. Presidente, simultaneamente, quero referir-me a um problema de proporções graves, que vem ocorrendo no Oeste do Paraná desde que se instalou, naquele município, o mandonismo político aliado aos municípios de fronteira e às irradiações do acirramento da segurança, o índice de criminalidade da região, Oeste do Paraná principalmente, vem crescendo assustadoramente nesses últimos anos. Os jornais ocupam grandes partes de suas páginas, dos seus espaços, com notícias referentes a roubos, a furtos, a extorsões, homicídios, delinquência infantil e tantos outros tipos de criminalidade previstos pela legislação vigente.

De acordo com observações feitas em algumas regiões do Estado, chega-se à conclusão de que o Oeste e o Sudoeste do Paraná, são as mais afetadas pelo crescimento da delinquência, da criminalidade; chega a chamar a atenção dos grandes periódicos como ocorreu recentemente pela revista "ISTO É", que aborda o crescimento dos crimes tanto da área patrimonial com contra a pessoa humana, e retratou, aquela revista, episódios que chegam ao estorpecimento das civilizações mais adiantadas, problemas ligados principalmente com a polícia quando, a exemplo, da baixada fluminense, Sr. Presidente, fala-se do crescimento abusivo dos crimes com participação inclusive, dos setores policiais. Não é diferente a região Oeste do Paraná! E, ultimamente, cenas gritantes exigem da Secretaria da Segurança, mobilização urgente, ou melhor, exigiu mobilização urgente da Secretaria da Segurança, movimentando seu pessoal para Cascavel e nos municípios até Foz do Iguaçu; há poucos dias, um Suplente de Vereador do MDB de Cascavel, foi brutalmente assassinado nas portas de sua residência, Sr. Presidente e, até o presente momento, a polícia de Cascavel, conquanto tenha sido mudada há não mais de um mês, até agora não se chegou a uma conclusão no inquérito policial. O Secretário do Prefeito de Cascavel foi assassinado e até hoje se chegou a uma conclusão também no inquérito. Roubos praticados inclusive com a participação de agentes de polícia que ainda permanecem em Cascavel, em armazém numa das vilas locais e recentemente um soldado da Polícia Militar envolvido num seqüestro de um agricultor, chegou ao espancamento e esse agricultor que portava cinco mil cruzeiros, dos quais dois mil cruzeiros foram expoliados, foram roubados e este homem jogado e atirado nas ruas, e só não lhe foi roubado, furtado os outros três mil cruzeiros, porque um agricultor humilde e modesto, guardava no bolso da sua cueca os outros três mil cruzeiros, Senhor Presidente, e a verdade é que o índice está crescendo.

Motoristas de praça estão sendo assassinados sem que haja punição e sem que haja também a prisão dos seus responsáveis. E o que é pior, os jornais retratam inclusive, que o carcereiro de Cascavel, está envolvido em crimes praticados em Londrina, Senhor Presidente, mas voltarei, por falta de tempo, a esta tribuna e quem sabe, no Grande Expediente, para fazer um relato e exigir das autoridades uma atuação mais vigorosa e mais correta, que é legítimo direito da sociedade.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço hoje a esta tribuna, para dar um apoio e analisar o profundo e inteligente pronunciamento do nobre Deputado Edilson Alencar, há dias atrás. Nós que participamos da política da região oeste paranaense, que sentimos a necessidade de mais empregos, de ter melhores dias para a população de nossa região, como Parlamentar da ARENA, sinto-me na obrigação de apoiar e de analisar as profundas e inteligentes palavras do Deputado Edilson Alencar.

Este, que se referia desta mesma tribuna, do caso das construções das hidrelétricas do Paraná, que na sua maioria tem inundado um potencial espetacular de terras produtivas do nosso Estado e nós com isso, passamos a perder o ICM para os nossos municípios e para o nosso Estado, e foi muito bem feita a sua colocação quando reivindica o ressarcimento aos nossos municípios, dos lucros que deverão receber as hidrelétricas pela energia gerada e vendida, e nós queremos exatamente companheiro Deputado, que a sua voz seja ouvida pelo Governo Federal e que analise esta nossa situação, porque estas terras que nós estamos perdendo e que serão inundadas, na verdade, é uma necessidade que nós temos, por mais energia.

Mas nós reivindicando ao Governo a ajuda e a divisão dos lucros entre Governo Federal e governos municipais, nós estamos proporcionando com que os municípios tenham melhores condições de dar empregos, de fazer com que a população que terá que sair das suas terras fique nos próprios municípios, para que não vão às grandes cidades, aumentando o problema social nos perímetros urbanos das grandes cidades brasileiras. Nós precisamos, sim, reassentar o seu povo nos municípios pequenos, nas comunidades interioranas; e nós queremos já dar como exemplo, que o Governo tem ajudado numa parcela espetacular para o Oeste paranaense, quando do início e, até hoje, na construção da hidrelétrica de Itaipu, que foi criado o PRODOPAR - Programa de Desenvolvimento do Oeste Paranaense. Isto já trouxe alguns benefícios e, no futuro trará mais. E nós podemos analisar esses benefícios da PRODOPAR através, até mesmo, da construção de um grande hospital regional em Cascavel que no futuro, quicá um hospital de clínicas para montagem de uma Faculdade de Medicina, no Oeste paranaense, mais precisamente, na cidade de Cascavel. A infra-estrutura que nós conseguimos com o dinheiro de Cascavel. A infra-estrutura que nós conseguimos com o dinheiro do PRODOPAR, a melhoria que foi implantada no Município de Foz Iguaçu, nos municípios de influência de Itaipu, este PRODOPAR, que o Governo criou, realmente, ajudou a comunidade do oeste paranaense. Mas, Edilson Alencar analisava e nós, aqui, queremos apoiar, não só a construção de Itaipu, mas de todas as hidrelétricas que estão sendo edificadas no Paraná inteiro, pois precisamos, sim, dividir os lucros entre Governo Federal e governos municipais, em pagamento e em troca das nossas terras inundadas, terras essas de uma produção extraordinária como são as terras do Oeste paranaense, agricultáveis, que servem, também para a pecuária, que têm desenvolvido a nossa região, que têm dado bons empregos ao povo do Paraná; que têm ajudado no crescimento das comunidades oestinas. E nós queremos, sim, desta feita, apoiar um Deputado do MDB que profundamente falou desta mesma tribuna; que não veio criticar destruindo a nada, que veio ajudar, até mesmo, o nosso partido na reivindicação de melhores dias para a região Oeste que, ambos representamos nesta Casa de Leis. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa comu-

nica aos Srs. Deputados que, no dia de hoje, às 17,15 horas, deve fazer uma visita a esta Assembléia Legislativa, a Miss Paraná, Senhorita Marize Quirino de Souza.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabemos que um dos problemas mais graves da vida urbana nos dias de hoje é o trânsito. De pouco adiantaram as campanhas do Governo procurando educar o motorista. As estatísticas estão aí a mostrar que estamos entre os países recordistas de acidentes e que pouco vai mudar nesse sentido enquanto não se estabelecer uma política que de um lado retire das multinacionais da indústria automobilística o verdadeiro poder de decidir sobre o transporte urbano. De outro lado, que imponha uma disciplina rígida de respeito aos interesses sociais mais amplos àqueles que têm o privilégio do transporte individual enquanto a maioria continua penando como usuário de um sistema de transporte coletivo ineficiente.

É preciso atacar em todas as frentes este problema. Inclusive na moralização dos órgãos públicos responsáveis. Ora, Senhores Deputados, há bom tempo autoridades denunciavam a existência de uma rede organizadora no Paraná que distribui carteiras de habilitação falsas. Coincidentemente, no período pré-eleitoral o derrame aumentou e centenas de motoristas sem habilitação passaram a dirigir impunemente respaldados pela documentação falsificada.

Sabe-se que há milhares dessas carteiras em nosso Estado. E não seria difícil comprovar a existência de omissão ou conivência de autoridades do trânsito. Basta dizer, que algumas cidades do Estado, como Cruzeiro do Oeste, expediram mais carteiras de habilitação do que o número de habitantes. Há evidências de carteiras expedidas nas mesmas condições em cidades como Foz do Iguaçu.

A consequência direta da incúria administrativa do trânsito foi o aumento acelerado do número de acidentes. Por coincidência, grande número de motoristas envolvidos nesses acidentes, nos últimos meses, eram portadores de carteira de habilitação expedidas em cidades onde nunca residiram. E confessaram que não se submeteram aos testes.

Mas a justiça é lenta e encontra obstáculos à tarefa de desvendar os interesses envolvidos nesta trama ilegal que se estabelece contra os interesses de toda a população. Permitir a pessoas inabilitadas que dirijam é permitir que mais mortes aconteçam no trânsito. Um crime de alta gravidade que deve ser investigado para que sejam punidos os culpados.

Vejam que foram expedidas carteiras falsas mesmo para motoristas que dirigem grandes caminhões. Quem comercializa documentos de habilitação falsos em troca de votos ou de dinheiro devem prestar contas pelos seus atos. E nós, Deputados, temos o dever de denunciar e encontrar os meios para que esta situação tenha fim.

Nesse sentido, queremos dar nossa contribuição através deste requerimento que apresentamos à Mesa como forma de trazer a esta Assembléia Legislativa respostas claras e objetivas das autoridades do trânsito sobre problemas que dizem respeito à toda a população.

Por isso o requerimento que envio à Mesa, e que deve ser um pedido de informações ao Diretor do DETRAN. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio ao Senhor Diretor do DETRAN, do seguinte pedido de informações:

- 1.º) - Qual o número de Carteiras de Habilitação expedidas, por CIRETRAN do Estado do Paraná, nos últimos cinco anos?
- 2.º) - Qual os meios e formas de fiscalização dos Despachantes de Trânsito e Auto Escolas? Quem participa

de tal fiscalização e em que período as mesmas acontecem?

- 3.º) - Enumerar os Despachantes e Auto Escolas que foram alvo de sanções do DENTRAN nos últimos cinco anos.
- 4.º) - Desde que data o CONTRAN tem encaminhado expediente ao DETRAN, comunicando irregularidades nas CIRETRANS do Estado?
- 5.º) - Quais as providências adotadas a esse respeito e quais as CIRETRANS envolvidas nas denúncias do CONTRAN?

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1979".

Sr. Presidente, é um assunto bastante grave e eu espero que haja o bom senso e a colaboração da Bancada da ARENA, para que esse requerimento seja aprovado e as autoridades possam se movimentar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável que o Deputado Estadual tenha que vir à tribuna para tocar e fazer referências com casos de ocorrências policiais.

Em 12 de outubro de 1978, porque entendia que o Comandante do Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco não tinha as condições necessárias para comandar uma Unidade da Polícia Militar, e provei a total incompatibilidade para o cargo à Casa, recebi o voto favorável de seis Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional, e o requerimento passou na Casa.

Todavia, Sr. Presidente, lamentavelmente em fim de governo, não foi atendido o pedido. Continuou o Comando do 3.º Batalhão nas mãos do mesmo referido Sr. Policial. E os desastres da Polícia do Sudoeste continuaram.

Tanto é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no último dia 5 de maio, o Ministério Público da Comarca de Pato Branco denunciou quatro policiais militares e o Delegado de Pato Branco por crime de extorsão. Esses marginais que ocupam o cargo de autoridade policial, sequestraram duas pessoas com torturas e com afogamentos, para poderem extorquir de um terceiro, a importância de cem mil cruzeiros. Não conseguiram extorquir os cem mil cruzeiros, mas conseguiram 60 mil cruzeiros.

Tanto é, que ao ir receber no Banco os cheques que a vítima havia dado, o Caixa do Banco, desconfiando de que um simples policial fosse receber essa importância, avisou ao gerente, e o gerente autorizou o pagamento mediante um recibo especial.

Posteriormente, descoberta a trama, foi fácil ao Ministério Público de Pato Branco coligir as provas materiais para oferecer a denúncia.

Pois bem, Sr. Presidente, o Delegado de Pato Branco denunciado por crime de extorsão, mas administrativamente, porque não gostamos de trazer o problema a público, porque sempre é uma desmoralização à autoridade policial.

Quando a Oposição vem nesta Casa, como agora há pouco, o Deputado Fidelcino Tolentino, bradar contra esses abusos das autoridades policiais, podem pensar os ilustres representantes da ARENA que seja com o intuito de denegrir e comprometer o bom nome da autoridade policial, quando na verdade não é. Quando se traz o assunto a esta Casa, é porque o fato é grave demais.

E vejam os Senhores, o que aconteceu em Pato Branco então: um delegado denunciado por crime de roubo, bateram, sequestraram, torturavam um homem para extorquir dinheiro. Esse Delegado continua à frente da Delegacia Regional do Sudoeste em Pato Branco.

Este Delegado, conforme a denúncia, possui uma verdadeira gang, tem quatro ou cinco elementos, com emprego, não tem vínculo com o Estado, são pagos particularmente pelo

Delegado, para darem investigações paralelas, ou seja, são os elementos que vão fazer a triagem onde o Delegado pode ir dar mordida, desenterrando casos passados, e fazendo aquele expediente tão conhecido pelos policiais corruptos.

Pois bem, Sr. Presidente, na semana passada, quando foi dar mais um golpe na praça de Pato Branco, no comércio, com um cheque falsificado, foram comprar uma televisão, por interferência direta do Ministério Público, foi feito um flagrante de três desses elementos, que se presumem, tenham vinculação com o Delegado. Pois bem, o Juiz de Direito imediatamente decretou a preventiva, e esses elementos estavam presos na Delegacia de Pato Branco.

Havia promessa de que o Delegado iria ser substituído, exatamente porque não tem condições. Processado na comarca por crimes de extorsão, ficou à testa da Delegacia. Pois bem, Sr. Presidente, ontem à noite este Delegado largou os três presos, e o fato mais grave, Sr. Presidente, que vimos à tribuna então bradar, e pedir à ilustre Liderança da Arena, não vamos endereçar requerimento, mas à ilustre Liderança da Bancada da Arena, que leve conhecimento da gravidade desse fato. Largou os três pilantras e dois latrocidistas de um motorista de táxi de Pato Branco, um dos cidadãos pioneiros de Pato Branco, que há menos de 30 dias foi assassinado com 30 facadas por dois marginais ladrões de motoristas de táxis. O que acontece em Pato Branco, hoje, é que os motoristas de táxis revoltados, estão ameaçando linchar o próprio Delegado de Polícia, o que veio ocorrer então para o desgaste, o desprestígio da autoridade policial, porque medidas imediatas não são tomadas quando necessárias.

Peço ao ilustre Líder da Arena, Vossa Excelência mesmo que acolheu o meu requerimento quando provei à Casa que aquela autoridade policial não tinha condições de ficar em Pato Branco, que leve ao conhecimento do Sr. Secretário de Segurança, de que a retirada daquele Delegado de Polícia de Pato Branco, ou para o prestígio e o bom nome da nossa autoridade policial, e principalmente para que, de imediato, aquele Delegado não tenha condições de interferir no inquérito a ser instaurado, porque a Cadeia Pública de Pato Branco foi inaugurada há menos de 60 dias, e dispõe de todos os requisitos de segurança que o nosso sistema penal tem hoje. Só poderiam fugir com interferência, com o auxílio, com o beneplácito e a convivência da autoridade policial.

Portanto, Sr. Presidente, encerro minhas palavras e encareço, vou encaminhar particularmente ao Líder da Arena a documentação que prova que aquela autoridade policial continua no quadro da polícia, e vou declinar o nome deste Delegado porque não merece consideração nenhuma, o Delegado Fernando Delorges Reis. De passado negro e que desprestigia os bons delegados de Polícia que nós temos. Este homem tem que ser expungido do quadro de Delegados de Polícia do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta Casa no dia de hoje, para fazermos algumas análises do momento político brasileiro. Neste fim de semana, o MDB do Paraná se reuniu pela segunda vez nesta Capital, para analisar a situação política, a nível nacional, a nível estadual e a nível municipal.

Desses dois encontros, participaram Senadores, Deputados Federais, Deputado Estaduais, Prefeitos e Vereadores ligados ao Movimento Democrático Brasileiro do Paraná e do Brasil. E dentre os vários assuntos discutidos nestes dois encontros, não poderia ser diferente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Oposição do Paraná desse ênfase a alguns assuntos palpitantes e que hoje vêm ocupando espaços nos mais variados segmentos da

imprensa nacional.

Dentre estes assuntos, reputamos alguns como muito sérios, como por exemplo, a propalada prorrogação de mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, com a extinção de partidos que, segundo consta, já é eminente, como a prorrogação das convenções que se realizariam em julho, agosto e setembro próximos, e que hoje o Senado já aprovou em primeira discussão ante-projeto encaminhado pelo Governo, neste sentido.

E por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o MDB do Paraná tem se preocupado com estes assuntos? Porque entendemos que o MDB, hoje, ao longo de treze anos de luta, de sacrifício, de suor e de lágrimas, de muitos de seus partidários, de seus correligionários, este Partido que é, sem dúvida alguma, a Federação das Oposições Brasileiras, este Partido que representa no Brasil as mais vivas expressões da Oposição, enfrentou momentos difíceis, quando era quase que loucura falar em oposição neste País, quando representava como um desafio a quem quer que fosse, falar contra o Ato Institucional n.º 5, denunciar corrupção de homens que ocupavam postos públicos na Nação Brasileira, denunciar torturas esparramadas por este Brasil afora, pedir eleições diretas, eleições livres para todos os níveis, pedir liberdade para os estudantes brasileiros, por este partido que teve ao longo desses 13 anos, homens que tiveram a dignidade de se posicionar contra todo este tipo de arbítrio, este partido hoje não pode e não deve ser extinto.

Aliás, esta é a razão principal, que nos impele vir hoje à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para deixar aqui a nossa posição, a posição do meu partido, que foi deliberada neste último encontro, neste fim de semana, e que com a devida permissão, passarei a ler:

“Nota Oficial do MDB do Paraná.

Os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos Municipais, Vereadores e Líderes Partidários do MDB do Paraná, reunidos nesta cidade de Curitiba, nos dias 19 e 20 de maio de 1979, deliberaram manifestar publicamente, e em conjunto, o seu mais veemente protesto contra a reformulação partidária, pretendida pelo Governo e pelo seu Partido. É que esse expediente tem intenção tumultuária e diversionista, e surge no instante em que é unânime a condenação do sistema de arbítrio que ainda perdura.

O MDB constituiu-se numa grande frente democrática e se manteve fiel ao princípio maior que o legitimou, qual seja o de lutar pela conquista do Estado de Direito Democrático. Assim, o MDB sempre foi e é defensor do pluripartidarismo que é próprio da democracia. Da mesma forma, sempre entendeu que a democracia só será implantada através de uma Assembleia Nacional Constituinte, precedida com uma anistia ampla, geral e irrestrita.

O Brasil ainda não é uma democracia. Nos últimos meses houve um afrouxamento do sistema autoritário. Mas, os alicerces ditatoriais ainda permanecem, o Governo é leviano e contraditório, ao mesmo tempo em que diz promover uma abertura política, governa com base nas leis de exceção que estrangularam as liberdades democráticas. Dentro deste quadro, qualquer pluripartidarismo montado pelos ideólogos do arbítrio, é sinônimo de confisco, as forças democráticas que são as oposições brasileiras, representadas partidariamente pelo MDB, proclamam que a reinstalação da democracia deve preceder qualquer reorganização partidária.

As forças democrática não podem se dividir nesta hora, se estiveram unidas nos instantes mais graves da luta contra o autoritarismo absolutista, mais unidas devem permanecer diante da proximidade da vitória.

A reforma partidária que o Governo pretende, tem por objetivo evitar o confronto final com a sociedade e prolongar o seu poder discricionário. Falido o seu partido pela falta de credibilidade popular e de condições eleitorais, como também pela instalação e insatisfação interna, procura tornar o MDB

sócio no seu velório. Mas, o MDB não aceita esta solução.

Lutará e vencerá a batalha pela manutenção do seu patrimônio, que é o seu nome, e que sintetiza as aspirações e reivindicações de justiça e desenvolvimento de todo o povo brasileiro.

Não haveria extinção do MDB, porque falece ao Governo, poder, competência e autoridade moral para fazê-lo. O MDB hoje não existe pela vontade do Governo, mas pela vontade dos mais atuantes e responsáveis setores da sociedade brasileira.

Não o destruirá, porque nenhum Governo destrói o povo, por mais que tente, como fizeram os últimos governos instalados pela ditadura no Brasil. Eis porque, certo e seguro de sua responsabilidade histórica, o MDB do Paraná, através dos seus Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, proclamam que continuará unido, com ou sem reformulação do quadro nacional, antes e depois da reimplantação da democracia.”

O Sr. Fideleino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado José Tavares, Vossa Excelência realmente aborda um assunto da mais séria necessidade de ser abordado pelo Parlamento, o propalado e já conhecido pensamento do Governo, da extinção dos atuais partidos políticos.

Agora, parece-me, segundo já a direção nacional do partido esclareceu à opinião pública nacional, que se falar em competência, competência jurídica e em legitimação para se extinguir este ou aquele Partido, é muito duvidoso, porque o Governo não tem legitimação ativa para extinguir o MDB; quando muito pode impor à ARENA que seja extinta, mas ao MDB não. O MDB tem personalidade jurídica, arrimada nas leis vigentes com base ainda que no arbítrio, mas ele tem uma vida própria, independente; é personalidade jurídica, estranha às determinações do Governo, e representa hoje, parcela considerável da opinião pública nacional.

E não é só, Deputado. Este partido cresceu, mas cresceu como semente jogada nos rochedos, à custa das chuvas e do suor de seus componentes. Não é o Governo que vem determinar a extinção da oposição, oposição emedebista, oposição de igreja, oposição de intelectuais, não pertence ao Governo, isto é patrimônio público da Nação brasileira.

E penso mais, Sr. Deputado, o aparelhamento do arbítrio continua, embora encoberto pelas cinzas dos leguleios que o Governo está propondo, mas ele existe, tanto existe que a Lei Falcão não foi ainda expungida deste desastre que ainda sossobra sobre o País.

Lamentavelmente somos forçados a reconhecer que se fala apenas em abertura, e o Deputado Werner Wanderer veio fazer apologia à mão estendida do Governo.

Não é verdade que o Governo está estendendo as mãos. O que o Governo está fazendo é usar as teses da Oposição no plano político, social, jurídico e, até, porque não dizer, no aspecto referente à anistia. São teses encampadas durante estes longos 15 anos de arbítrio, pelo MDB, pela Oposição, e que depois foram reconhecidas pela igreja, seja ela igreja católica, seja ela igreja de seitas protestantes.

Na verdade, Deputado, Vossa Excelência realmente aborda assunto da mais alta significação para a Nação Brasileira, encontrar-se com o Estado, encontrar-se consigo mesmo. É um dever de consciência cívico-nacional que os homens falem em política, que os homens se encorajem para trazer ao bojo do Parlamento a discussão desta matéria, matéria da mais alta importância para a Nação brasileira viver com tranquilidade, no encontro de suas aspirações, de seus ideais, no arrimo dos pensamentos, das correntes de pensamento que, naturalmente, formariam os partidos políticos.

Portanto, este MDB é fruto de sangue de quantos já morreram nos porões, nas galeras da repressão.

Quantos estudantes não foram banidos, quando frio para ganhar a sua vida no exterior, por defender os princípios os

ideais da oposição brasileira.

Extinção, prorrogação, esta a mão estendida do Governo, dando tempo ao tempo para poder se avantajear, para poder envolver. E o que aconteceu com os metalúrgicos de São Paulo? Se não foi um envolvimento de ordem política, porque não dizer, de ordem arbitral, porque o Governo estava lá com suas mãos de árbitro de todo o impasse. Agora, os montadores repassaram para o consumidor todos os pseudos prejuízos que causaram as greves. E o funcionalismo público? Um dos grandes fatores que se tem que reconhecer, nobre Deputado, é que, apesar da lei, apesar da lei anti-greve, houve uma consciência que vazou por cima da lei anti-greve. E se a UNE está aí para ser revigorada. Revigorada porque não foi extinta. Existe como personalidade jurídica. Ela foi, pura e simplesmente, nobre Deputado, suspensa. Suas atividades foram suspensas. Mas, mantenho meu pensamento de que, juridicamente, ela não foi extinta, porque não houve ato de extinção. E mesmo que houvesse ato de arbítrio, não seria legítimo esse ato. Mas, ainda assim, não houve.

Louvo, Vossa Excelência que muito me honra ao permitir este aparte, pois o assunto abordado por Vossa Excelência é de grande relevância para a vida pública nacional.

O MDB pertence aos emedebistas, o Governo que se contente com a Arena.

Muito obrigado.

O JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que vem enriquecer este modesto pronunciamento que me propus fazer, nesta tarde, diante do sério e histórico momento político brasileiro.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, estou acompanhando o pronunciamento de Vossa Excelência e é bastante natural, bastante justo, que Vossa Excelência faça a defesa da manutenção de seu Partido.

Mas, nobre Deputado, não podemos concordar com Vossa Excelência quando faz referência à leviandade do Governo, e, ao mesmo tempo, fala no afrouxamento do partido falido. O Governo vem cumprindo aquilo que anunciou antes de sua posse, de tornar este País uma democracia efetiva.

Por isso, Vossa Excelência fala no afrouxamento nestes meses. Nestes meses do Governo Figueiredo é que vem se transformando a situação para alcançarmos a plenitude democrática.

Partido falido, não posso concordar com Vossa Excelência, porque mantemos ainda no Congresso Nacional a maioria da bancada, e mantemos em quase todas as Assembléias a maioria dos Deputados.

Portanto, esse Partido que ainda é majoritário, não pode ser um Partido falido. É preciso a compreensão de todos para que se alcance a plenitude democrática neste País, e neste momento em que se fala na extinção, essa extinção só poderá acontecer através da aprovação dos representantes do povo, que são os Deputados da Arena e do MDB. Se não concordarem, o Governo de forma nenhuma terá condições de extinguir os dois Partidos.

Mas se fala ainda, nobre Deputado, quando se criticava tanto o Ato 5, mas na hora da derrubada do Ato 5, nós não tivemos a participação da Oposição, foi preciso que a Arena votasse a extinção do Ato 5.

Concordo com Vossa Excelência na defesa que faz, da manutenção do seu Partido, como também sou favorável ao pluripartidarismo; quanto à extinção, quanto à mudança de nomes, de siglas, isto cabe aos representantes do povo que são os Srs. Deputados, que deverão no momento oportuno, ver o caminho que se deva seguir.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas me permito, nobre Deputado Gilberto Carvalho, a dizer a Vossa Excelência que não sou eu quem afirma que o Partido do Governo é leviano e muito menos que o Governo vem falando em democracia com esse afrouxamento. Isto quem diz, é a realidade nacional.

Vossa Excelência, como grande Deputado que é, sabe muito bem que o Governo vem acenando com a mão estendida e que haverá de fazer deste País uma democracia, — e as primeiras medidas, se é que se pode chamá-las de democratizantes, têm demonstrado e tenho certeza que Vossa Excelência há de convir comigo, não são medidas democratizantes. Por exemplo, a extinção do AI-5, o Governo inseriu na Constituição, se é que possamos chamá-la Constituição porque ela não é fruto da vontade livre e soberana do povo brasileiro, ela é fruto do arbítrio, ela foi votada por uma Junta Militar que tomou o Poder em 1964, conseqüentemente, incluiu nesta "Constituição" as salvaguardas do Estado, dando ao Governo, se quiser, até poderes idênticos aos poderes que o AI-5 dava.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, sempre fui favorável à extinção do AI-5, sabia que o mesmo não era a solução para o nosso País.

Medidas democratizantes, que assim eu entendo, são essas medidas anunciadas hoje, estampadas em todos os jornais, é a valorização daquele homem que é o sustentáculo desta Nação, que é o agricultor, são medidas voltadas à agricultura e valorizando o trabalhador, são as medidas dando liberdade ao estudante, com a extinção do 477, fazendo com que a juventude possa se reintegrar, possa participar da nossa vida política e administrativa. Isto eu entendo como medidas democratizantes, o Governo haverá de alcançá-las e haverá de entregar, ao fim do seu mandato, aquilo que todos os brasileiros esperam.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência me perdoe, mas essa extinção dos Decretos 477 e 228, é mais u'a medida casuística e enganatória por parte do Governo. E justifico porquê. Ele extingue exatamente agora o 477 e o 228, exatamente agora, porque esses Decretos já estão incorporados aos Regimentos Internos das Universidades brasileiras. Então, veja Vossa Excelência, que é mais u'a medida que o Governo toma para dizer que tomou, mas na realidade continua existindo isso, essas medidas arbitrárias proibitivas da participação do estudante na vida política nacional, inclusive é implícito no projeto de lei que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, a proibição à atividade político-partidária. Portanto, o estudante continua amordaçado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Permita-me este apartezinho, porque eu não posso ficar aqui parado diante do que o eminente Deputado Gilberto Carvalho, em aparte, data vênica, me pareceu fazer uma ligeira confusão entre o problema do arbítrio com o problema econômico e falar que o agricultor hoje é o sustentáculo. O agricultor sempre foi o sustentáculo deste País, desde o descobrimento.

Primeiro foi o pau-brasil, depois foi a madeira, e em seguida, já veio o problema da cana, e até hoje vem se arrastando e a cana hoje está sendo revigorada e por causa do problema energético do País.

Mas não é esse o aspecto que eu queria abordar. É que, o Governo, se acordou para dar um pouco de alento, um desafogozinho ao agricultor, porque ele está aí, entendendo que é o agricultor que o mantém no poder e o agricultor não tem poder de decisão ainda, porque não chegou a se formar neste País uma confederação dos trabalhadores, porque eles não chegaram ainda a se formar e aglutinar um sindicalismo

realmente autêntico que represente as massas trabalhadoras.

O Governo, querendo dismantelar o encaminhamento e o segmento desses postulados, é que está procurando agora, com essas medidas econômicas, para manutenção do tecnocratas, e esta foi a confusão que incorreu o Deputado, no meu modo de entender, Deputado Gilberto Carvalho.

É isso que eu queria fazer o reparo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado.

Mas, continuando, Sr. Presidente Srs. Deputados, quanto à afirmação feita nesta nota pelo MDB do Paraná neste fim de semana no segundo encontro, aqui em Curitiba, de que o Partido do Governo é um partido falido, é exatamente o próprio Governo que o reconhece, na medida em que defende a sua extinção, porque só se extingue aquilo que está à beira da falência. Não se extingue o que está dando bom resultado, não se extingue o que está dando bons frutos, e o MDB, ao contrário, é aquele Partido que nasceu juntamente com o Partido da Situação, mas que diante dos obstáculos que se antepuseram...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência comete uma injustiça. O MDB nasceu antes da Arena, precisamente duas horas antes.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está com a palavra, na tribuna, o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Dizia que o MDB é um Partido que se impôs, é um Partido adulto que cresceu com sacrifícios, diante de obstáculos que se antepunham à sua frente.

Se, por conseguinte...

O Sr. Tércio Albuquerque — Nobre Deputado José Tavares, permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — ... por conseguinte, nós da Oposição, não podemos de forma alguma admitir que esse Partido seja extinto, pois ele não chegou onde está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de graça, de beleza e de favor do Governo. Ele chegou com o apoio do povo brasileiro e com sacrifício de milhares de irmãos nossos, daí a minha grande preocupação e a minha contrariedade até certo ponto radical, com a sua propalada extinção.

O Sr. Tércio Albuquerque — Nobre Deputado, permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Permito o aparte ao nobre Deputado Ruben Valduga que havia pedido primeiro o aparte. Só gostaria que Vossa Excelência fosse breve.

O Sr. Valduga — Deputado José Tavares, só quero fazer aqui uma colocação, um reparo breve.

Foi levantado, e não vou aqui discutir sobre a extinção ou não do MDB. Isso não me compete, cada qual tem o seu Partido e deve zelar, procurando se engrandecer dentro dele.

A questão não está proposta nem em termos legais. Há apenas o encaminhamento de lideranças de ambos os Partidos, discutindo a matéria. E num momento de abertura política, é muito válido que se discuta tudo. Não nos compete e até seria uma indelicadeza de nossa parte, nos intrometermos no campo do MDB, assim como não deveremos permitir que nosso terreno também seja maculado.

Mas, o que eu queria precisamente colocar aqui, foi uma questão levantada há pouco, sobre a falta de uma liderança sindical maior.

Quero fazer justiça a um grande ausente aqui hoje, o Deputado Lázaro Dumont, que, sendo do nosso Partido, foi o primeiro que teve nesta Casa, a coragem de enviar uma mensagem da mais alta importância à vida nacional, que foi o pedido claro e objetivo, de que se implante no País a reforma agrária.

Se isto não é uma contribuição para a grandeza nacional, se não é uma contribuição política da maior importância, eu não sei o que é. Fez sem heroísmo, sem fanfarronice, fez uma

colocação objetiva e teve o reconhecimento da unanimidade dos parlamentares presentes. Entretanto, não se pode arreba-ter à colocação desse Deputado que ora está ausente, que se estivesse, sei que estaria dizendo o que falo agora.

É isso, nobre Colega.

O SR. JOSÉ TAVARES — Em que pese o respeito e a grande admiração que tenho pelo nobre Deputado Lázaro Dumont, e reconheço até o seu patriotismo, se é que a gente pode afirmar extremamente a sua atitude, de reivindicar junto ao Governo Federal que se implante no Brasil uma reforma agrária definitiva, eu também tenho, nobre Deputado Valduga, de dizer a Vossa Excelência que esta reivindicação a oposição brasileira tem feito ao longo desses 13 anos, com veemência, e portanto, na época mais difícil, na época em que o arbítrio imperava em sua totalidade no Brasil.

Eu não me recordo de nenhum Deputado do Partido Situcionista que tenha defendido a reforma agrária como defendeu agora o nobre e valente Deputado Lázaro Dumont. É exatamente aspectos como esses que nós, da Oposição, lutamos e defendemos, porque a Oposição, representada no MDB, no momento mais difícil da história institucional do Brasil, sempre se portou com coragem e altaneiramente, defendendo inclusive, fatos como este da reforma agrária, extinção do AI-5, liberdade estudantil, eleições livres, porque tudo isto fazia e faz parte do seu programa.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concedo, ao nobre Deputado Nelson Friedrich, dentro do tempo que me resta.

O Sr. Nelson Friedrich — Tentarei ser breve nobre Deputado, para congratular-me com a sua posição, porque efetivamente, representa o que o MDB pensa. Afinal de contas, é abertura ou não é?

Me permitiria até dar uma sugestão ao nosso Partido, à nossa Bancada, para que, quando se falasse em abertura, falássemos em abertura casuística, porque aí nós estaríamos adequando à realidade, efetivamente, o termo certo. Afinal de contas, o modelo Geisel continua, usa-se às vezes, o modelo da Espanha, para se argumentar determinadas coisas, mas não se procura, efetivamente, atualizá-las.

Petrônio Portella, o ilustre Ministro da Justiça, parece que agora começou a titubear, talvez envolvido pela osmose de Armando Falcão, ex-Ministro; Jarbas Passarinho, ilustre Deputado, comanda e comandou agora há pouco, a catastrófica votação contra eleição direta para Governador. Abertura casuística, ilustre Deputado, eleição direta, se garantir a maioria, voto distrital, se garantir aos arenistas os comandos municipais; prorrogação para garantir os governos estaduais, mudança de partidos para ajudar o Governo a ficar no Governo.

Essa é a abertura que eles nos oferecem, Sr. Deputado. Tudo será feito de cima para baixo, neste País, para que o Partido continue mandando e apoiando os que estão encastelados no poder há tanto tempo. Querem nos vender uma democracia e uma liberdade, querem nos vender gato por lebre, porque a abertura casuística interesseira para manutenção no poder.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

Passaremos à Hora da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, eu só pediria a Vossa Excelência, para concluir, rapidamente, fazendo uma citação lendo uma citação feita pelo Líder no Senado, do MDB, Paulo Brossard - a extinção dos partidos políticos é de

competência exclusiva do Judiciário, advertiu, ontem, o líder do MDB, Paulo Brossard, ao ressaltar que extingui-los por via de lei é juridicamente impossível, e que recorrer a esse expediente não passa de retardatária reminiscência do AI-2. Frisando que a Arena pode dissolver-se, mas que não levará consigo ao crematório o MDB: enfatizou que o pouco que a Oposição possui é seu e foi obtido com sangue, suor e lágrimas, não consentindo por isso que seu patrimônio seja jogado no mar como carga impréstável ou supérflua. O líder da Minoria garantiu que o MDB não se dissolverá, uma vez que o seu passado não o desonra e o seu presente o estimula.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, dentro do horário reservado às Lideranças, ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Cumprindo determinação da Liderança do meu Partido, ocupo a tribuna nesta tarde, para falar sobre a União Nacional dos Estudantes. (Lê):

"Calou-se a voz, tirou-se a vez, mas não se conseguiu acabar com os ideais sublimes da juventude brasileira que são: LIDERDADE, DEMOCRACIA e JUSTIÇA SOCIAL".

"Todos sabem que a juventude brasileira não quer e não aceita mais, ser a juventude do futuro; ela é, mais do que nunca, a juventude do presente, que deseja, que participa do desenvolvimento do País, que ficou aparentemente dormindo em berço esplêndido nestes longos quinze anos de opressão, obscurantismo, de ditadura travestida de democracia, que todos nós repudiamos e que não queremos legar aos nossos sucessores, pois continuamos, hoje e aqui, a luta árdua de nossos antepassados, desde os tempos da libertação do Brasil, que é fazer deste País, uma Nação soberana e independente, política, administrativa, financeira e socialmente.

Infelizmente, tentou-se colocar a juventude brasileira no ostracismo, nesses anos de ditadura, mas de nada adiantaram a repressão, as prisões, os assassinatos, pois ela é herdeira de um passado digno e vanguardista na luta pelos legítimos ideais de nossa gente, do que nos ufanamos, e jamais nos furtou a lutar pela Liberdade e pelas aspirações progressistas do povo brasileiro.

Felizmente, hoje vemos que todas as vozes dos democratas, dos homens que querem expurgar as páginas negras de nossa história, onde se escreveu o triste episódio da extinção da UNE, a qual sempre representou a juventude brasileira, se levantam e bradam, trazendo, principalmente, aos parlamentos, a necessidade urgente e premente da devolução à juventude de seu órgão de representação, seu direito inalienável de associação, para que essa mesma juventude possa participar dos destinos deste País, porque esse é o seu próprio destino.

Caminhamos agora, Srs. Deputados, através da história, e veremos a participação de nossos estudantes em todos os momentos da vida política nacional, através de seu único e legítimo órgão de representação que é a UNE, que hoje volta triunfante, após longos anos de ditadura, que quiz amordaçar os sentimentos de uma classe laboriosa e altamente consciente do seu papel, na luta pela libertação do nosso povo sofrido e angustiado, que quer um País Livre, Democrático e Progressista.

Nasceu a UNE em 1937, na Casa do Estudante do Brasil, e já em 1938, realizava o seu segundo congresso, quando fazia reivindicações em defesa do estudante brasileiro, dando assim sua participação ativa na política educacional, quando pleiteava: educação funcional para todos os cursos; ensino popular extensivo e obrigatório, que integrasse o indivíduo na comunidade; ensino profissionalizante em todos os níveis, não só os de grau superior; criação de cidades universitárias; e já naquela época lutava-se pela nacionalização da escola brasileira, eivada então de quistos étnicos.

Esses foram os princípios básicos que nortearam a luta

titânica e constante da juventude brasileira ao longo dos tempos, para trazer ao Brasil as liberdades que todos almejamos.

Mas a luta política de nossos jovens continuava e em 1939, realizava o terceiro Congresso Nacional, onde em manifesto à Nação, reafirmava a necessidade de lutarem pela construção de um País livre e independente de domínio estrangeiro, elevando como pendão da esperança, a flâmula da Democracia e da Liberdade, únicos meios que levam à emancipação deste País.

Nova conclamação veio em 1940, quando se afirmava que "a união e a organização é a forma de transformar a natureza hostil para o bem de todos".

Mas, foi em 1941, que a UNE teve um papel dos mais importantes, quando se empenhou na luta contra o nazi-fascismo, queimando aos braços de "guerra é guerra", o símbolo da "Cruz Gamada" em plena praça pública, juntamente com milhares de brasileiros.

A continuação desta luta contra o nazi-fascismo era uma constante e foi a UNE que mais uma vez, tomou resolutamente para si o encargo de propiciar a formação da Força Expedicionária Brasileira, quando percorreu o País inteiro buscando adesões para o primeiro escalão que iria ao "Front".

Mas, se existiam lutas externas, internamente travava-se uma batalha de contestação ao Estado Novo era a UNE que comandava as campanhas de repúdio ao mesmo, solicitando naquela época eleições diretas, livres e democráticas, como hoje fazemos nesta Casa.

Em 1947, o Congresso da UNE trazia ao palco da política nacional a luta pelo "Petróleo é Nosso", isto é, a luta pela independência econômica e fez essa luta ganhar as ruas e se transformar num divisor entre os "entreguistas" de então e os "nacionalistas", além de lutar contra as cassações de mandatos, que sempre feriram os princípios democráticos e que reafirmam as violências dos governos prepotentes e arbitrários.

Em 1949, no XI Congresso, a UNE envolveu-se numa das mais belas campanhas que se realizou neste País, a "Campanha da Paz", o que lhe custou a invasão de sua sede por forças policiais e a prisão de muitos estudantes, porque neste País, "Lutar pela Paz" sempre foi considerada "subversão", mas isto não nos desanima nem nos intimida, porque haveremos de continuar a lutar pela Paz, pela Democracia, pela Liberdade, pois estes são os anseios de um povo que há muito vem sofrendo em busca de seu grande destino.

Em 1956, foi a UNE definida como organização de representação essencialmente política, nascendo de lá até 1964, a luta contra a direita, por esta usar sempre a "violência", recurso natural até os nossos dias, para reprimir as angústias do povo brasileiro.

O movimento mais intenso vivido pelo estudante brasileiro deu-se em 1964 até 1969, período de repressão total, onde houve o fim das liberdades nas Universidades, com prejuízos incalculáveis para a cultura brasileira, feriram-se, na pessoa do estudante injustiçado, os intelectuais que, por certo, assumiram o papel de líderes legítimos do povo.

Em 1966, a atuação do estudante concentra-se na defesa das liberdades democráticas, e ao mesmo tempo negam-se a pagar anuidades escolares, como ocorreu na Universidade de Brasília, por significarem obediência à orientação do acordo MEC/USAI - Entreguismo de Privatização do Ensino.

Mas, o grande momento da vida estudantil brasileira se deu em 1968, onde, na cidade do Rio de Janeiro, conseguiu-se fazer uma passeata com mais de cem mil pessoas que lutavam pela gratuidade do ensino contra o "entreguismo" e pelas liberdades.

Em Ibiúna, no Estado de São Paulo, em outubro, quando se preparava o 30.º Congresso, o Governo impede a realização do mesmo, prendendo mais de setecentos estudantes e em seguida deu-se praticamente o fim de tudo, quando a 13 de

dezembro é decretado o famigerado AI-5 e em 1969 veio os golpes mortais com os decretos 477 e o 228.

Muito embora com toda a legislação contrária e opressora de 1969 a 1977, a luta continuou, sendo muitos os que tombaram pelo caminho, muitos tombaram pela repressão policial, mas até nossos dias a chama permaneceu acesa, lutando hoje o estudante pela anistia geral ampla e irrestrita, e pela reorganização de sua entidade "mãe" que se dará nos dias 29 e 30 deste mês em Salvador na Bahia, onde os estudantes brasileiros, reafirmarão seus ideais de luta pela democracia.

Esta Casa, Srs. Deputados, já ouviu outros pronunciamentos a favor da UNE, então já gravou em seus Anais, para a história do Parlamento Paranaense, que aqui também existem vozes a ecoar a favor da juventude brasileira, e a nossa vem a se somar a elas, ao clamor reprimido e comprimido em nosso peito, que está a estourar num grito de "liberdade", de "democracia", de "anistia ampla, geral e irrestrita" e de "constituinte" que devolva a todos os seus legítimos direitos; num grito que temos certeza, que é do povo brasileiro, contra a opressão, contra a corrupção, contra um regime de ditadura que feriu e fere os princípios fundamentais dos direitos dos cidadãos.

E, é com satisfação que desta tribuna, hoje vimos, para em uníssono cantar com todos os democratas autênticos, com os estudantes o mesmo hino de liberdade para o nosso País e nosso Povo.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consultará a Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário reservado à bancada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família, com sede e foro na cidade de Reserva. Parecer favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Jogurta Gonçalves de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Bra-

ga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Theodoro Quintilhano, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, com o apoio do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Vicente Simino, ocorrido na cidade de Alto Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da redação final ao Projeto de Lei n.º 03/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja o Projeto de Lei n.º 87/78, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista o Projeto de Lei n.º 49/79, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, atualmente naquela Comissão, e em razão de ambos versarem sobre matérias análogas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Ministro da Agricultura, pelo "Pacote Agrícola". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Ministro da Educação, pela extinção dos Decretos-Lei n.ºs 477 e 228. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, contendo pedido de informações sobre Carteiras de Habilitação expedidas por CIRETRAN do Estado. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que informe quanto à data em que entrará em funcionamento o Posto de Saúde do Distrito de Sarandi, Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações, para saber qual a fórmula usada para obter-se o resultado da cota do ICM a ser creditada aos Municípios paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, com referência ao valor anual dos recolhimentos em atraso de ICM, arrecadado pelo Estado durante os exercícios de 76, 77 e 78. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do D.E.R., encarecendo a retomada da ponte sobre o Rio Baicuru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.